

**TESOUROS HUMANOS VIVOS: OS MESTRES DA CULTURA
CEARENSE**

Francisco Humberto Cunha Filho¹

José Olímpio Ferreira Neto²

Resumo: Este artigo percorre as veredas dos Direitos Culturais que para alguns se encontra inseridos no campo dos *Novos Direitos*. Essa pesquisa se propõe a analisar a importância do reconhecimento dos *Mestres da Cultura* no Estado do Ceará e a relevância da Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, conhecida como Lei dos *Tesouros Vivos da Cultura*. Ao final do trabalho percebeu-se que mais uma vez o Ceará antecipa-se aos demais Estados brasileiros com a instituição de uma lei de tamanha dimensão. Foi constatada, através do referencial teórico usado, a importância do reconhecimento desses guardiões da cultura através do instrumento de Registro.

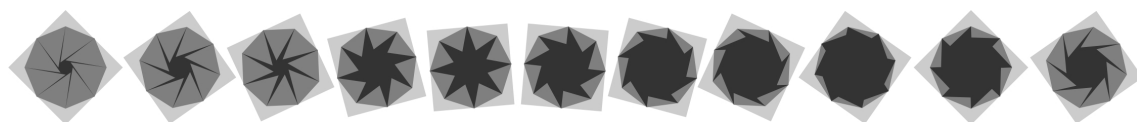
Palavras-chave: Patrimônio Imaterial. Registro. Tesouro Vivo. Mestres da Cultura. Direitos Culturais.

Introdução

Pode-se dizer que o ordenamento jurídico brasileiro hodierno preocupa-se bastante com a cultura. A Constituição do Brasil de 1988 oferece uma parte de seu texto à cultura, esse assunto está inserido no Título VIII, capítulo III, seção II, intitulada, Da cultura, em seus artigos 215 e 216. O artigo 216 da Carta Magna diz que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. O texto constitucional aponta os bens de natureza material e imaterial diferente do que propunha o Decreto-Lei 25/37 que resguardava os bens móveis e imóveis.

¹ Professor do curso de Direito da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Mestre e Doutor em Direito. E-mail. humberto.3000@hotmail.com

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Bacharel em Filosofia, Licenciado em Biologia, Especialista em Educação. E-mail: jolimpioneto@hotmail.com



O artigo supramencionado em seu § 1º aponta que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Nota-se a variedade de meios de proteção dos bens culturais. Para realização desse estudo decidiu-se por discutir sobre as peculiaridades inerentes ao Registro, em específico, o Registro dos Mestres da Cultura que ocorre no Estado do Ceará através da Lei nº 13.842/06, legislação de reconhecimento de figuras importantes para a cultura do Estado.

A Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT-CE), que detém, entre suas atribuições, a preservação e proteção do Patrimônio Cultural do Estado, define como Tesouros Vivos da Cultura as pessoas, grupos e comunidades que são, reconhecidamente, detentoras de conhecimentos da tradição popular. A referida Pasta confere, aos selecionados através de edital público, o título e um auxílio financeiro que, conforme o caso, pode ser temporário ou vitalício.

O Ceará, com a Lei nº 13.351, de 27 de agosto de 2003, mais uma vez deu um passo adiante de outros Estados brasileiros na preservação e proteção do seu patrimônio imaterial. A citada Lei Estadual, operacionalizada pela SECULT-CE, garantiu o registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, apoiando e preservando a memória cultural do povo cearense. A Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, conhecida como a Lei dos Tesouros Vivos da Cultura, trata-se de uma revisão e ampliação da Lei 13.351/03 ampliando seu raio para os grupos e as coletividades.

Quando os candidatos são selecionados no processo seletivo público, recebem o diploma de Tesouro Vivo e são inscritos em livro específico. Trata-se de um reconhecimento essencialmente simbólico de sua importância no contexto cultural do Estado.

A pesquisa bibliográfica é indispensável para uma investigação, pois a mesma possibilita o contato do pesquisador com um número significativo de informações. Lakatos & Marconi (1991) orientam à possibilidade do uso de vários tipos de fontes publicadas que são pertinentes ao tema. Podem-se indicar entre elas, publicações avulsas, revistas, livros, jornais, monografias, artigos acadêmicos além de meios de mídia e audiovisuais. Essa pesquisa se pautará nos estudos de autores dos Direitos Culturais (CUNHA FILHO, 2000, 2007); (TELLES & COSTA, 2007) e na legislação da Terra da Luz sobre os Tesouros Vivos, além de pesquisa em sites sobre o tema.

Essa pesquisa foi dividida em três partes, a saber, Breve histórico do instituto do Registro e sua importância; Legislação cearense sobre os mestres da cultura; e por fim; Mestres da Cultura: Os Grandes “Tesouros Vivos”.

1. Breve histórico do instituto do Registro e sua importância

Nas seguintes linhas almeja-se traçar o histórico da criação do decreto que regulamentou o Registro; tal tarefa foi realizada com base nos estudos de Telles & Costa (2007). Eles indicam três instrumentos que influenciaram sobremaneira a criação do Decreto em análise, a saber, um de cunho jurídico-internacional, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da UNESCO; outro de direito interno, o artigo 216 da Constituição de 1988; e o último de caráter acadêmico, a Carta de Fortaleza.

Na Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, alguns países, que possuem um vasto e rico patrimônio imaterial, requisitaram à UNESCO estudos no intuito de criar instrumentos jurídicos para salvaguardar, sobretudo, as manifestações da cultura popular e tradicional, incluindo-as, também, como patrimônio da humanidade.

Em 15 de novembro de 1989, na 25ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris culminou na Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura. No subitem “b” da segunda parte desse documento, intitulada Identificação da Cultura Tradicional e Popular, recomenda-se a criação de sistemas de identificação e registro. Esse instrumento influenciou, sobremaneira, o decreto em estudo, principalmente no que concerne ao caráter identificador de bens imateriais que este possui.

No Brasil, os debates acerca da importância da proteção do patrimônio cultural imaterial ganharam força com o visionário anteprojeto de Mário de Andrade de 1936, que é trazido à discussão nas décadas de 1970-80 e cujo teor dedicava importância às manifestações e às expressões populares. Tais discussões resultaram na presença do instituto do Registro na Carta Magna de 1988.

Quase uma década após, na ocasião de um seminário comemorativo dos sessenta anos de funcionamento do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado na Capital do Estado do Ceará, foi confeccionado um documento denominado Carta de Fortaleza. Essa recomendava, urgentemente, estudos para a criação do Registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial. O Ministério da Cultura acatou a recomendação e instituiu, através da Portaria nº 37/98, uma Comissão assessorada por um Grupo de Trabalho; o objetivo era elaborar uma

proposta que visasse o estabelecimento de critérios, normas e formas de acautelamento do patrimônio imaterial brasileiro. Após várias reuniões e colaborações de especialistas, chegou-se à versão final do Decreto 3551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, além de dar outras providências.

O Registro é “uma perenização simbólica dos bens culturais. Esta perenização dá-se por diferentes meios os quais possibilitam às futuras gerações o conhecimento dos diversos estágios porque passou o bem cultural” (CUNHA FILHO, 2000, p. 125, 126). Observa-se, aí, que não há a intenção de interferir na dinâmica do bem imaterial, tendo em vista, que este não se encontra engessado, se apresentando de diversas formas em regiões variadas e em tempos diversos.

O instituto do Registro é a expressão do reconhecimento das manifestações culturais. O mesmo estabelece, para o Estado, o compromisso de salvaguardar essas expressões da cultura através de documentação, acompanhamento e apoio; é, ainda, um instrumento de preservação adaptado à natureza dinâmica dessas manifestações (FERREIRA NETO, 2011, p.8).

Telles e Costa (2007, p. 4) apontam um conceito de Registro no mesmo caminho de Cunha Filho (2000), afirmando que:

Registro é uma ação do Poder Público com a finalidade de identificar, reconhecer e valorizar as manifestações culturais e os lugares onde estas se realizam, os saberes e as formas de expressões dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, levando-se em consideração o binômio mutação-continuidade histórica do patrimônio cultural imaterial.

O artigo da Lei Maior, a saber, 215, diz que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. E seu § 1º ajunta que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Em relação, principalmente, ao Estado, sucedem alguns efeitos advindos do Registro que, transcritos do trabalho de Telles & Costa (2007, p. 7) são: “[...] a obrigação pública de documentar e acompanhar a dinâmica das manifestações culturais registradas; o reconhecimento da importância do bem e valorização mediante o título de Patrimônio Cultural do Brasil; e ações de apoio, no âmbito do Programa Nacional de Proteção do Patrimônio Imaterial”.

O instituto do Registro é a expressão do reconhecimento das manifestações culturais. O mesmo estabelece, para o Estado, o compromisso de salvaguardar essas expressões da cultura a partir de diversos mecanismos.

Aloísio Magalhães, à frente do Iphan na década de 1980, concluiu, assim como o escritor (Mário de Andrade), que o conceito de bem cultural no Brasil não deveria ficar

restrito aos bens móveis e imóveis. Para Magalhães, é a partir do fazer popular que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Hoje, o nosso olhar se volta para os mestres da capoeira, para as baianas do acarajé, para o samba de roda do Recôncavo Baiano, para a Feira de Caruaru, para os pés dos pernambucanos dançando o frevo, para a delícia do queijo de Minas e tantos outros fazeres populares, já tornados patrimônios culturais, que fazem essa rica nação brasileira” (ARAÚJO, 2008).

Como fruto da aplicação do Decreto 3.551/2000, um total de 23 atividades culturais³ foram contempladas com o instituto do Registro; apesar do saldo ser ínfimo, nota-se que a partir do Governo Lula os menos favorecidos ou esquecidos pela história estão tendo a oportunidade de serem ouvidos e terem suas tradições divulgadas.

A partir da leitura da lista dos bens registrados, percebe-se a variedade dos mesmos. É importante ressaltar o modo de fazer e os ofícios. O Patrimônio Imaterial alberga variadas manifestações culturais que colaboram para a formação do povo brasileiro.

No âmbito estadual, a preocupação da SECULT-CE com o Patrimônio Imaterial, ou Intangível, remonta aos anos 70 com a implantação do Centro de Referência Cultural do Estado-CERES. Segundo consta no site da instituição “Essa unidade reuniu, de 1975 a 1987, o mais importante acervo documentário da Cultura Popular cearense. [...] Parte desse acervo [...] encontra-se no Museu da Imagem e do Som”.

Em 2007, o Estado do Ceará recebeu o *Prêmio Culturas Populares do Ministério da Cultura* por sua iniciativa de constituição de uma legislação específica para *Tesouros Vivos da Cultura* (SECULT-CE, 2011).

É notório o esforço do Estado do Ceará, que voluntariamente, à época fez ressonância do movimento mundial desencadeado pela *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, editada sob a influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em decorrência da qual foram elaboradas as *Diretrizes para a criação de sistemas nacionais de Tesouros Humanos Vivos*. Programas nacionais como ‘Bearers of Popular Craft Tradition’ (República

³Lista dos bens registrados pelo Iphan: 1. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; 2. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; 3. Círio de Nossa Senhora de Nazaré; 4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano; 5. Modo de Fazer Viola-de-Cocho; 6. Ofício das Baianas de Acarajé; 7. Jongo no Sudeste; 8. Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; 9. Feira de Caruaru; 10. Frevo 11. Tambor de Crioula; 12. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo; 13. Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre; 14. Roda de Capoeira; 15. Ofício dos Mestres de Capoeira; 16. O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE); 17. Toque dos sinos de Minas Gerais; 18. Ofício dos Sineiros; 19. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Goiás); 20. Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawenw Nawe; 21. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro; 22. Festa de Sant’Ana de Caicó; 23. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão.

Tcheca), ‘Master of Art’ (França), ‘Manlilikha ng Bayan’ (Filipinas), ‘Poyuja’ (República da Coreia) e ‘National Artists’ (Tailândia)⁴ foram fontes de inspiração para as mencionadas iniciativas.

O Ceará antecipa-se aos demais rincões da pátria e a esta própria, o Brasil, enquanto nação soberana, que ainda não adotou sistemática semelhante à cearense. O programa, batizado no primeiro momento de *Mestres da Cultura Tradicional Popular*, previu a possibilidade de ser encaixada na designação “a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade estabelecida” conforme consta na parte final do parágrafo único do Artigo 1º da Lei 13.351/2003. Dessa forma, compatibiliza-se, em essência, com a ‘Recomendação da UNESCO’, na qual “*Tesouros Humanos Vivos* são indivíduos que possuem os conhecimentos e técnica necessários para interpretar ou recriar determinados elementos do patrimônio cultural imaterial”.

Em ambas as definições figuram, quer de forma nítida, quer de forma subtendida, os objetivos de disciplinar o reconhecimento destas pessoas, bem como de prestigiar-lhes os saberes e técnicas, propiciando sua transmissão às novas gerações. A seguir, uma breve análise sobre a legislação pertinente ao tema.

2. Legislação cearense sobre os mestres da cultura

Como foi visto acima, a repercussão da discussão sobre o Patrimônio Imaterial no cenário brasileiro, ganha destaque com a criação do Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000. O mesmo é ponto máximo de um longo processo de debates políticos e intelectuais, que instituíram o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

As políticas de patrimonialização de pessoas ou grupos da cultura popular e tradicional, amparadas por leis de registro estaduais, surgem no rastro de uma série de discussões, acerca da salvaguarda do patrimônio imaterial que encontram repercussão no âmbito local, nacional e internacional. A circulação de documentos como a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional, de 1989, e mais tarde, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, ambas promulgadas pela UNESCO, expressou a preocupação em reverberar um debate público sobre a questão (ACSELRAD, 2011, p. 2).

As *Diretrizes para a criação de sistemas nacionais de Tesouros Humanos Vivos*, emanadas da UNESCO, elegem alguns critérios para elevar uma pessoa ou grupo à categoria *Tesouro Humano Vivo*. Observa-se, aqui, a relevância de alguns tópicos que foram contemplados nas duas leis cearenses sobre o tema através de uma análise comparativa.

⁴ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00061&lg=ES>, acessado em 15/08/2007.

No estudo de Acseirad (2011) há uma tabela com a Lei Cearense contendo pontos relevantes para discussão proposta. São alguns aspectos significativos da referida legislação, que em perspectiva comparada com a lei anterior fornece as bases para a reflexão sobre a importância da Lei atual.

Tabela 1. LEI 13.842, de 27 de novembro de 2006 do Ceará, antecedida pela LEI 13.351 de 22 de agosto de 2003

Qualificação para a candidatura	Pré-requisitos	Crítérios de análise	Premiação	Direitos	Deveres
- Pessoas naturais, grupos ou coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas, pelos órgãos indicados nesta lei, representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da cultura cearense	- Comprovar existência e relevância do saber - Ter o reconhecimento público - Deter a memória indispensável à transmissão do saber e do fazer - Propiciar a efetiva transmissão dos conhecimentos - Possuir residência, domicílio e atuação, há mais de 20 anos no Ceará	- Comprovar existência e relevância do saber - Ter o reconhecimento público - Deter a memória indispensável à transmissão do saber e do fazer - Propiciar a efetiva transmissão dos conhecimentos - Possuir residência, domicílio e atuação, há mais de 20 anos no estado do Ceará	- 12 registros por ano, não podendo exceder a 60 no máximo - Indivíduos que com provem carência social receberão o auxílio vitalício [...] - Indivíduos que não comprovem receberão auxílio temporário [...] - Grupos receberão auxílio ao longo de dois [...] - Comunidades receberão apenas titulação.	- Diploma que concede o título - Percepção de auxílio financeiro, vitalício ou temporário, no valor de um salário mínimo - Indivíduos, grupos e coletividades terão o direito de preferência na tramitação de projetos submetidos aos certames públicos promovidos pela pasta da cultura relativos à área de sua atuação.	- Manutenção e desenvolvimento das atividades ensejadoras do reconhecimento, principalmente quanto à transmissão - Assinar documento no qual declarem o conhecimento e o acatamento de concessões e compromissos assumidos em decorrência desta lei.

Fonte: (ACSELRAD, 2011, p. 8)

A Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003, instituiu, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos *Mestres da Cultura Tradicional Popular* do Estado do Ceará. Sancionada pelo então Governador Lúcio Gonçalo de Alcântara e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 25 de agosto de 2003, essa Lei trazia em seu bojo o total de 18 artigos divididos em oito capítulos. No parágrafo único do seu primeiro artigo constava a definição de *Mestre da Cultura*, também denominado *Tesouro Vivo*, trazida *in literis*,

Será considerado, para os fins desta Lei, como Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará e, para tanto Tesouro Vivo, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito junto ao Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de uma comunidade estabelecida no Estado do Ceará.

Em 27 de novembro de 2006 foi promulgada a Lei nº 13.842, publicada no DOE de 30 de novembro de 2006 e também sancionada pelo ex-Governador Lúcio Alcântara. Esta institui o Registro dos *Tesouros Vivos da Cultura* no Estado do Ceará e veio para substituir a lei supramencionada. Este novo documento jurídico traz o mesmo número de artigos porém divididos em seis capítulos. Define no parágrafo único do primeiro artigo os *Tesouros Vivos* da seguinte forma:

Poderão ser reconhecidos como *Tesouros Vivos da Cultura* as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas, pelos órgãos indicados nesta Lei, representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da Cultura Cearense.

Pode-se perceber que o campo contemplado com o Registro se alargou. O que na lei anterior era pertinente apenas a pessoa natural na nova lei o termo *pessoa natural* se pluraliza e o raio de reconhecimento se estende aos grupos e coletividades, ou seja, ampliou o foco de atuação, antes restrito apenas ao reconhecimento de mestres, e atualmente, incluindo a premiação de grupos e coletividades.

Segundo as Diretrizes da UNESCO ao se elevar uma pessoa ou um grupo à categoria de Tesouro Humano Vivo, a Comissão deveria considerar os seguintes requisitos para a designação: - a excelência na aplicação dos conhecimentos e as técnicas demonstradas; - a plena dedicação da pessoa ou do grupo; - sua capacidade para continuar desenvolvendo seus conhecimentos e técnicas; - sua capacidade para transmiti-los aos que se submetem à formação.

O capítulo segundo de cada uma das leis traz os requisitos e critérios de reconhecimento dos mestres. A capacidade de transmissão do conhecimento para outras pessoas é exigência indispensável. Na lei mais antiga, exigia-se mais de vinte anos de residência no Estado com mesmo período de serviço à cultura conforme os incisos I e II do artigo 2º. Na nova lei o inciso V do artigo 2º diz que o candidato deve “possuir residência, domicílio e atuação, conforme o caso, no Estado do Ceará, há pelo menos 20 (vinte) anos, completos ou a serem completados no ano da candidatura”. Observa-se ainda, os incisos I e II que exigem a comprovação da existência e relevância do saber ou do fazer e o reconhecimento público do candidato a mestre. Incisos semelhantes aparecem no artigo 3º da lei anterior que eram considerados cumulativamente como afirma o caput. Os cinco incisos trazem o seguinte teor:

- I – relevância da vida e obra voltadas para a cultura tradicional do Ceará;
- II – reconhecimento público das tradições culturais desenvolvidas;
- III – permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais;

IV – larga experiência e vivência dos costumes e tradições culturais;

V – situação de carência econômica e social do candidato.

A exigência de “permanência na atividade e capacidade de transmissão dos conhecimentos artísticos e culturais” poderia ser dispensada na hipótese de verificação de incapacidade física, causada por doença grave, cuja ocorrência fosse comprovada mediante perícia médica.

Os capítulos III das leis ora analisadas contêm os direitos decorrentes do reconhecimento; já o capítulo IV de ambas traz os deveres decorrentes desse ato. A lei de 2003, em seu artigo 4º, inciso I determina conceder um diploma para pessoa natural registrada. A Lei de 2006, em seu artigo 3º, garante o direito à diplomação solene a todos os que tiverem esse reconhecimento. Segundo as *Diretrizes para a criação de sistemas nacionais de Tesouros Humanos Vivos* um dos reconhecimentos e recompensas para os designados consiste em reconhecimento público, o que se configura como uma grande honra para um *Tesouro Humano Vivo*. Para materialização do desiderato honorífico, a outorga deveria ser feita no curso de uma cerimônia oficial, presidida por uma autoridade de alto grau, com entrega de algo representativo de distinção como uma medalha, um diploma ou outro objeto adequado à finalidade, de preferência associado a um programa de atividades em que se indique e se celebre o âmbito do patrimônio cultural pelo qual foi nomeado.

Um outro item aponta para a criação de um sistema com vistas a garantir a transmissão dos conhecimentos e técnicas cujas práticas dominam estes depositários, assim como a perpetuação da expressão do patrimônio cultural imaterial correspondente.

As Diretrizes da UNESCO apontam, também, para a possibilidade de estipular recompensas financeiras com o objetivo de estimular os *Tesouros Humanos Vivos* a assumir suas responsabilidades em matéria de transmissão, documentação e promoção. Podendo, ainda, ser concedidas vantagens aos aprendizes. Essas vantagens financeiras poderiam ser na forma de um valor global, ou então por meio de remunerações anuais ou mensais. As mesmas deveriam ser variáveis em função das necessidades e dos proventos que percebe o *Tesouro Humano* vivo. Os Estados-membros podem proporcionar aos *Tesouros Humanos Vivos* ajuda financeira para a execução de atividades ou criação de elementos de interesse específico do patrimônio cultural imaterial. Esta ajuda pode consistir no fornecimento de matéria-prima ou de equipamentos e materiais quando os gastos de construção e de funcionamento de oficinas, centros de formação, etc. Abaixo, o artigo 4º da Lei 13.842/06 *in literis*:

As pessoas naturais portadoras do título de *Tesouro Vivo da Cultura* que venham a comprovar situação de carência econômica farão jus à percepção de auxílio financeiro a ser pago, mensalmente, pelo Estado do Ceará, em valor não inferior a um salário mínimo.

Diferente da Lei 13351/03, a nova lei oferece o auxílio financeiro aos que são economicamente carentes. Os que não têm essa necessidade estão aptos receber o auxílio estipulado em edital, incluindo aí as pessoas naturais e os grupos, como consta nos artigos 5º e 6º. Segundo o estudo de Acsehrad (2011, p. 10) em Estados como Pernambuco e Alagoas,

[...] a idade e a situação de carência parecem operar numa lógica inversa à identificação do que pode ser considerado relevante como contribuição à cultura local. Se, o fato do mestre ou grupo encontrar-se em condições adequadas de saúde para desenvolver suas atividades, ou seja, apto para transmitir seus saberes, é condição para a inscrição, os critérios da idade e da situação de carência social por sua vez têm evidenciado o caráter mais compensatório e assistencialista do que acautelador do instrumento, no sentido da salvaguarda, uma vez que há uma nítida preferência por candidatos com idade mais elevada, evidenciando mais uma vez a retórica da perda presente na aplicação desta política.

Infere-se, assim, que quando aprovado um candidato, o processo de transmissão a ser desenvolvido por ele, passa a ser considerado secundário. Há uma tendência de as leis estaduais assumirem um caráter de instrumento de assistência social. Talvez seja uma tentativa de reparar o que é irreparável:

A idade com que alguns mestres terminam por ser reconhecidos pelo estado é tão avançada, que inviabiliza a ampliação de sua produção, a possibilidade de sua circulação, a difusão de seus saberes, assim como a sua participação em processos de transmissão. A valorização do quesito idade, somado à situação de carência social, incluindo considerações acerca das precárias condições de saúde de um candidato pode chegar mesmo a promover distorções em alguns resultados, secundarizando a questão da representatividade do candidato perante a sua comunidade e a sua contribuição à cultura local, que nem sempre encontra identificação entre idade e tempo dedicado às atividades culturais (ACSELRAD, 2011, p. 10)⁵.

O Estado do Ceará parece ter-se dado conta da ambiguidade exposta e, tentando eliminá-la, instituiu, em 2006, uma nova legislação que tratou de introduzir contribuições significativas ao documento anterior.

⁵Há fatos que evidenciam a razoabilidade da análise: Um total de treze pessoas contempladas com o Registro de Mestre da Cultura nasceram entre os anos de 1951 e 1960. De 1940 a 1949 há um total de quatorze. De 1931 a 1939 soma-se doze pessoas. De 1921 a 1929 total de dezoito. E de 1913 a 1920 um total de cinco. Reconhecido em 2006, o Mestre da Cultura mais velho registrado foi o de Joviniano Alves Feitosa, vulgo Mestre Joviniano que tem como tradição desenvolvida a arte de Mestre Santeiro. Nascido em em 6 de fevereiro de 1913, em Crateús é filho de carpinteiro e neto de santeiro, aprendeu sua arte observando o avô esculpir imagens. É reconhecido como um dos maiores representantes do Estado na confecção de imagens sacras em madeira retratando a religiosidade popular do povo nordestino. Por sua vez, o mais jovem Mestre foi registrado em 2007, nascido em 1960 é Luthier de Violino. Natural de Mauriti, Antônio Gomes da Silva repassa seu conhecimento em uma oficina improvisada. Totonho como é conhecido divide seu tempo entre o repasse da cultura com os trabalhos na roça.

O artigo 8º da Lei 13842/2006 diz que “É dever daqueles reconhecidos como *Tesouros Vivos da Cultura* a manutenção e desenvolvimento das atividades ensejadoras do reconhecimento, principalmente quanto à transmissão de conhecimentos dele objeto”. O parágrafo único do citado artigo afirma ainda que cabe à SECULT-CE, com a interveniência do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - COEPA, fiscalizar o cumprimento do disposto no caput.

O Capítulo V trata do Registro no Livro dos *Tesouros Vivos da Cultura*; compreende os artigos 9º, 10, 11, 12 e 13 que descrevem o processo de inscrição. O artigo 9º aponta as pessoas legitimadas a propor o reconhecimento de *Tesouro Vivo da Cultura*. São elas: qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado e qualquer pessoa natural que seja capaz, na forma da Lei. Indica ainda os seguintes órgãos: “I - as Secretarias estaduais; II - os órgãos municipais de cultura, situados no Estado do Ceará; III - o Conselho Estadual da Cultura do Estado do Ceará – CEC; IV - as Câmaras Municipais, situadas no Estado do Ceará”. No artigo 10 trata-se do processo de análise das candidaturas ao título de reconhecimento. O artigo 11 firma compromisso das pessoas naturais ou grupos para que arquem com os deveres oriundos desse direito de reconhecimento. Em seguida, no artigo 12, cumprida a exigência do artigo anterior, disciplina a publicação no Diário Oficial do Estado, por ordem Secretário da Cultura do Estado do Ceará, na qualidade de Presidente do COEPA. E por fim, no artigo 13 depois de publicada a lista será feita a anotação no Livro de Registro dos *Tesouros Vivos da Cultura*. Dessa forma, fica formalizada a garantia dos direitos e a geração de deveres do reconhecido para que continue ensinando as tradições para outras gerações.

3. Mestres da Cultura: Os Grandes *Tesouros Vivos*

Com a nova lei sobre os *Mestres da Cultura* nenhum dos nomeados perdeu o reconhecimento já adquirido, apenas, teve a designação de seu título permutada para *Tesouro Vivo da Cultura*. O artigo 16 da Lei 13842/06 não cancela os atos da Lei 13351/03 como se pode perceber em seu texto que traz o seguinte teor, “Ficam convalidados os atos praticados sob a vigência da Lei nº 13.351, de 22 de agosto de 2003”.

Consta no *site* da SECULT-CE a lista dos contemplados com o título de *Mestres da Cultura/Tesouros Vivos* desde 2004 ao ano de 2009. Ao todo são três grupos e 62 mestres entre homens e mulheres de várias cidades do Estado do Ceará que desenvolvem ativamente suas tradições aprendidas com os antepassados. O pequeno número de grupos contemplados, como se pôde observar no decorrer do trabalho, é

devido a jovialidade da lei de 2006. Antes os grupos e as coletividades não eram contemplados pela lei anterior de 2003. Em 2008 foram contemplados dois grupos, a saber, Reisado da Comunidade de São Joaquim de Senador Pompeu sob o comando de André Nascimento; e o Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro de Juazeiro do Norte que tem Maria Auxiliadora como responsável. Em 2009 apenas um grupo recebeu o registro, a saber, Grupo de São Gonçalo da Comunidade do Horto de Juazeiro do Norte que sob a atual liderança de Leôncio Alves dos Santos transmite a Dança de São Gonçalo.

Juazeiro do Norte figura como cidade com o maior número de contemplados, 13 ao total. A capital cearense abriga apenas quatro do total de registros, assim como as cidades do Crato e Barbalha. Canindé aparece com três registros. Alto Santo, Assaré, Crateús, Guaramiranga, Itarema e Limoeiro do Norte possuem dois registros cada, além de outras cidades⁶ com apenas um registro. Percebe-se assim uma distribuição interessante abrangendo várias regiões do Estado.

São várias as atividades desenvolvidas pelos mestres, entre essas podem ser encontradas manifestações culturais como Boi-Bumbá, Bumba Meu Boi, Maracatu, Reisado, Maneiro-Pau, Banda Cabaçal; produções artísticas como cordéis, xilogravuras; fazeres como os da rendeira, do artesão, do luthier, do sineiro e do ferreiro; expressões da religiosidade através das rezadeiras, dos penitentes, da construção de lapinhas, os santos feitos artesanalmente; marcas do povo cearense como a jangada, o couro e a figura do vaqueiro; as curas populares através da medicina popular, do lambedor; a arte teatral com os dramas e teatros de bonecos; a cultura indígena tão presente em solo cearense. Essas são algumas das manifestações espalhadas pela terra alencarina que, assim procedendo, mostra-se adequada aos preceitos constitucionais do art. 215 e respectivo § 1º, já transcritos neste texto.

Até o ano de 2009 configurou-se uma média aproximada de 10 mestres registrados, por ano: 2004 – Mestre Aldenir, Mestre Bigode, Maria Cândido, Dona Zacarias, Mestre Biro, Mestre Juca do Balaio, Lúcia Pequena, Margarida Guerreira, Mestre Miguel, Panteca; 2005 – Antônio Hortêncio, Dona Branca, Dona Dina, Dona Edite, Dona Francisca, Dona Gerta, Dona Zilda, José Pedro, Mestre Cirilo, Mestre Piauí, Mestre Zé Pio, Mestre Chico; 2006 – Mestre Antônio, Gilberto Calungueiro, João Mocó, Joaquim de Cota, Seu Oliveira, Seu Zé Matias, Mestre Joviniano, Mestre

⁶Aquiraz, Aurora, Beberibe, Capistrano, Cariruaçu, Cascavel, Cedro, Granja, Icapuí, Ipu, Irauçuba, Mauriti, Milagres, Nova Olinda, Paracuru, Quixadá, Quixeramobim, São Luiz do Curu, Senador Pompeu, Sobral, Tianguá, Trairi, Varjota e Viçosa do Ceará.

Graciano, Dona Tatai, Mestre Pedro, Sebastião Chicute, Mestra Zulena; 2007 – Totonho, Getúlio Colares, Lucas Evangelista, Assunção Gonçalves, Dona Nice, Dona Maria do Horto, Odete Uchôa, Mestre Moisés, Sebastião Cosme, Mestre Vino, Tereza Lino, Vicente Chagas; 2008 – Maria da Conceição, Espedito Seleiro, *Fransquinha Félix*, Cacique João Venâncio, Luciano Carneiro, Pajé Luís Caboclo, Maria do Carmo, Mundô, José Stênio; 2009 – Mestra Francisca, Chico Paes, Mestre Netinho, Mestre Joaquim, José Maurício, D. Maria do Carmo, Seu Severino (SECULT, 2011).

O artigo 14 da Lei 13842/2006 versa sobre a necessidade de Edital (um por ano) para proceder ao processo de Registro dos *Tesouros Vivos da Cultura/Mestres da Cultura*. O mesmo é elaborado e publicado pela Secretaria da Cultura, com a oitiva do COEPA. O inciso II diz que a quantidade dos reconhecidos como “Tesouros Vivos da Cultura” deve obedecer aos seguintes limites:

- a) em se tratando de pessoas naturais, não excederá o número de 12 (doze) contemplados por ano, até o teto máximo de 60 (sessenta) registros;
- b) em se tratando de grupos, não excederá o número de 2 (dois) contemplados por ano, até o teto máximo de 20 (vinte) registros;
- c) em se tratando de coletividades, não excederá o número de 1 (um) contemplado por ano; até o teto máximo de 20 (vinte) registros;

Consta no inciso III do artigo ora comentado que a quantidade dos auxílios de que tratam os arts. 4º e 5º corresponde, em cada ano, à disponibilidade orçamentaria da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. O inciso IV diz que é vedada a atribuição de outras atividades aos *Tesouros Vivos da Cultura* distintas das previstas na Lei.

O Edital dos *Tesouros Vivos da Cultura/Mestres da Cultura* 2011 proposto pela SECULT-CE abriu inscrições para reconhecer pessoas que tenham conhecimentos ou técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular. Figuravam entre as vagas para registros conforme o item 1.1. duas vagas para pessoas naturais, número igual para registros de grupos e um registro de coletividade no Livro de Registro dos *Tesouros Vivos da Cultura*.

Consta entre as exigências a comprovação da existência e da relevância do saber ou do fazer, o reconhecimento público, a posse de memória indispensável à transmissão do saber ou do fazer, a efetiva transmissão dos conhecimentos e ainda, residência, domicílio e atuação no Estado do Ceará, há pelo menos 20 (vinte) anos, completos ou a serem completados no ano da candidatura como foi observado no artigo 2º, inciso V da Lei 13842/2006.

Os candidatos selecionados e inscritos no Livro de Registro dos *Tesouros Vivos da Cultura/Mestres da Cultura* comprometem-se a transferir suas técnicas e conhecimentos a alunos ou aprendizes, através de programas educativos custeadas, as

respectivas despesas, pelo Tesouro Estadual. A instituição desses novos Tesouros Vivos da Cultura é, sem hesitação, uma forma de estímulo para a cultura tradicional popular do Estado do Ceará.

Considerações finais

A Lei cearense nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, conhecida como a Lei dos *Tesouros Vivos da Cultura*, cuja aplicação é da esfera de responsabilidade da Secretaria da Cultura do Ceará, tem foco na preservação e proteção das pessoas, grupos e comunidades que são, reconhecidamente, detentoras de conhecimentos da tradição popular. Esse título é conferido depois de um processo seletivo publicado em edital.

Pelo novo diploma, o legislador cearense migrou do critério de carência econômica para o da importância da atividade, como principal fundamento para o reconhecimento público dos destinatários da norma.

Segundo a legislação estudada, as pessoas físicas e os grupos registrados como *Tesouros Vivos da Cultura*, além da diplomação solene, poderão receber um auxílio financeiro, custeado pelo Estado do Ceará; as coletividades que mantêm vivas a tradição do fazer e do saber devem ter prioridade na tramitação de projetos direcionados às Políticas Públicas Estaduais. Essas ações têm o intuito de fortalecer a tradição da cultura popular no Estado do Ceará.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Maria. O Patrimônio vivo em questão: Perspectivas comparada das experiências de Registro de pessoas e grupos culturais em Pernambuco, Ceará e Alagoas. *In: Anais do VII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador – BA, 2011.

ARAÚJO, Zulu. **Jornal A Tarde**: 21 de julho de 2008, Afirmção da Capoeira. 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/21/afirmacao-da-capoeira/>> acessado em: 26/01/2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção Saraiva de legislação. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **DECRETO 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC_3.551-2000?OpenDocument> Acessado em 04 de fevereiro de 2011.

BRASIL. **Portal do IPHAN: Lista dos bens registrados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=4A8087CE59BB73D0560181AEDDAB319A?id=12456&retorno=paginaIphan>>. Acessado em 18/11/2011.

CEARÁ. SECULT: **Mestres da Cultura**. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br>> acessado em: 20/10/2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

_____. **Parecer**: Análise dos impactos jurídicos decorrentes do Advento da Lei nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, sobre o Edital Mestres da Cultura, lançado em 7 de novembro de 2007. COEPA-CE, 2007.

_____. A proteção do patrimônio cultural brasileiro no governo lula. *In*: **Actas del VII Congreso Internacional ULEPICC – Políticas de Cultura e comunicación: creatividad y bienestar em la sociedad de la información**. ULEPICC: 2011.

FERREIRA NETO, José Olímpio. Capoeira: Patrimônio Cultural do Brasil. Trabalho orientado por Francisco Humberto Cunha Filho. *In*: **Anais do VII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador – BA, 2011.

_____. Capoeira, Bem Cultural de Natureza Imaterial: Registro da Roda e dos Mestres. Trabalho orientado por Francisco Humberto Cunha Filho. *In*: **Mundo Unifor: Encontros Científicos 2011**. Fortaleza: UNIFOR, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia Científica**. 3 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; COSTA, Rodrigo Vieira. **Direitos Culturais: Aspectos Jurídicos de que trata o Decreto 3551/2000**. artigo apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador – BA, 2007.

UNESCO. <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00061&lg=ES>>. acessado em: 15/08/2007.